

Editorial



Vida
Associativa



Destaques



Recensões



Eventos
Científicos



Publicações
Científicas





Índice

Editorial

Vida Associativa

Convocatória

Destaques

II Encontro INOVAR

In Memoriam: Moreirinhas Pinheiro

Prémio Manuel Bartolomé

Prémio Spce/De Facto Editores

Ische 39

Recensões

Histórias e Memórias da Escolarização
das Populações Rurais

República portuguesa (1910-1926)

Escola Agrícola da Paiã

A História da Educação em Vila Nova de Gaia

Civilidade e educação

Eventos Científicos

Revistas Internacionais



**“A espantosa
realidade das coisas
É a minha descoberta
de todos os dias.
Cada coisa é o que é,
E é difícil explicar a
alguém quanto isso me
alegra, E quanto isso
me basta.”**

Alberto Caeiro,
Poemas Inconjuntos,
1913-1915



EDITORIAL

Direção

Regressamos a este espaço numa altura em que no horizonte já se vislumbra o primeiro cruzamento de um caminho que resolvemos fazer juntos. A Direção e todos os órgãos estatutários que com ela colaboraram de forma irrepreensível e amiga, só podem orgulhar-se do espaço percorrido e das sementes que aí foram sendo lançadas. Iniciativas, consensos, capacidade de internacionalização, diálogos assertivos, assunção de riscos, demarcação de um espaço científico credível, identidade gráfica, foram algumas das marcas que, sem modéstia, consideramos que legamos neste mandato.

Os vários Encontros e Congressos realizados e a capacidade de nos projetarmos agora para um maior risco em termos de grandes iniciativas internacionais, prova a nossa vitalidade e o nosso reconhecimento externo junto de várias entidades, sociedades, organismos e, sobretudo, colegas que, como nós, trabalham no sentido de afirmarem um espaço de investigação.

As várias publicações a que nos associamos em parcerias com centros de investigação, Câmaras ou instituições, revelam a credibilização do grupo reconhecido que hoje somos, a confiança que em nós depositam, a imprescindibilidade da nossa consulta ou participação para iniciativas na área da História da Educação.



Os variados grupos de trabalho que fomos constituindo para as múltiplas iniciativas, tiveram sempre a preocupação de associar “veteranos” a “jovens”, experiência a inovação, disponibilidade para partilhar com capacidade e vontade para receber. Desta feliz simbiose resultaram reciprocidade de ensinamentos mas, sobretudo, confiança creditada para o futuro. É uma via em que haverá necessidade de continuar a apostar, trazendo, enquadrando, incentivando, dando e criando novos espaços, para todos aqueles, e são ainda muitos, que, de forma académica ou não, continuam empenhados em investir na História da Educação.

Óscar Wilde dizia que “o verdadeiro mistério do mundo está no visível e não no invisível”. É verdade, mas também será, ir dando espaço de visibilidade a um conjunto de investigadores que, trabalhando na sombra, podem correr o risco de passarem despercebidos ou ignorados. A HISTEDUP precisa muito deles para transformar o esporádico em perene, para dar sentido a um grupo que só pode orgulhar-se do que tem realizado e continuará a realizar, mas sabendo também que o melhor que pode deixar será o gosto por este caminho investigativo.

Desta articulação entre jovialidade e experiência resultará por certo uma associação mais consistente e com projetos ainda mais ambiciosos no contexto das Humanidades em Portugal. Para isso há também que fidelizar os que já nos acompanham e criar condições para trazer *novos idealistas*, isto é, alguém que potencie a necessária renovação.



Acreditamos que a “espantosa realidade das coisas” passa por novos desafios que em conjunto teremos de assumir. Também já sabemos que muitas vezes o melhor caminho é o menos conhecido, o que implica maior ousadia e risco. Mas a realidade deste mandato tem-nos ensinado que vale a pena percorrê-lo, com o senso para encarar as realidades, com a alegria do incentivo que não nos faltou, com o aconchego da amizade que esteve sempre presente, com o reconhecimento, mais individual ou coletivo, que, embora não precisando, nos soube bem ouvir da parte de quem sempre muito consideramos.

A alegria da realidade destas coisas (que parecem pormenores mas não o foram) foi “o bastante” para expressarmos aqui e agora um sentimento visível de gratidão e uma esperança espantosa na prossecução deste desafio HISTEDUP.



Vida Associativa



CONVOCATÓRIA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Em conformidade com o Regulamento da Associação de História da Educação de Portugal (HISTEDUP), convoco todos os associados para a **Assembleia Geral Eleitoral** que terá lugar no dia **23 fevereiro** 2018, pelas **17h30**, na Anfiteatro Nobre da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A ordem de trabalhos é a seguinte:

1. Informações;
2. Apresentação dos relatórios de atividades e de contas (2017);
3. Eleições dos órgãos sociais para o triénio 2018-2020;
4. Outros assuntos.

A votação decorrerá entre as 9.30 e as 17.00 horas na sala de reuniões 2 da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

As listas presentes ao ato eleitoral deverão ser enviadas para o email **sophe.pt@gmail.com** até às 18.00 horas do dia 5 de fevereiro de 2018.

Os associados poderão exercer o seu direito de voto por correspondência, por meio de carta registada dirigida ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, até ao dia 19 de fevereiro de 2018, para a seguinte morada:

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Gabinete 226,
1649-013 Lisboa



A Comissão Eleitoral é composta pelos seguintes sócios da Associação: Maria João Mogarro; Alda Namora; Francisco Araújo.

Transcreve-se, de seguida, o ponto V do regulamento da Associação de História da Educação de Portugal – HISTEDUP que estipula os prazos e os procedimentos a adotar para a eleição dos Órgãos Sociais desta Associação:

V. ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

1. A mesa da assembleia geral, a direção e o conselho fiscal são eleitos em assembleia geral, pelos associados efetivos e de entre eles, para o desempenho de um mandato de três anos tal como referido nos estatutos.
2. A assembleia geral eleitoral deve ser convocada com uma antecedência mínima de trinta dias em relação ao termo do mandato dos órgãos em funções.
3. As eleições pressupõem candidaturas apresentadas em listas, devendo cada lista concorrente referir os nomes dos associados que integrarão cada um dos órgãos.
4. As listas serão obrigatoriamente publicitadas até quinze dias antes da reunião da assembleia geral eleitoral.
5. Os associados poderão exercer o seu direito de voto por correspondência, através de carta registada dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral.
6. Verificando-se o impedimento de algum membro dos corpos sociais eleito, abre-se vaga no respetivo órgão que será preenchida mediante o recurso a eleições intercalares.

N.B.: o Regulamento Interno da HISTEDUP pode ser consultado em <http://www.sophe.pt/organizacao-2/documentacao/>


Lisboa, Novembro 2017



Destaques



II ENCONTRO INOVAR



INOVAR


FLUP

Anfiteatro Nobre


23 de fevereiro de 2017


10h00


2.º Encontro INOVAR – “Roteiros da inovação pedagógica: Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX”





Instituto Moderno, Porto, c. 1917


 CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIAS CULTURAIS, ESPAÇO E MEMÓRIA

 FCT

 PORTO

 COMPETE 2020

 PORTUGAL 2020

 EUROPEAN UNION
EUROPEAN STRUCTURAL AND INVESTMENT FUNDS



IN MEMORIAM: Moreirinhas Pinheiro

Carlos Manique da Silva

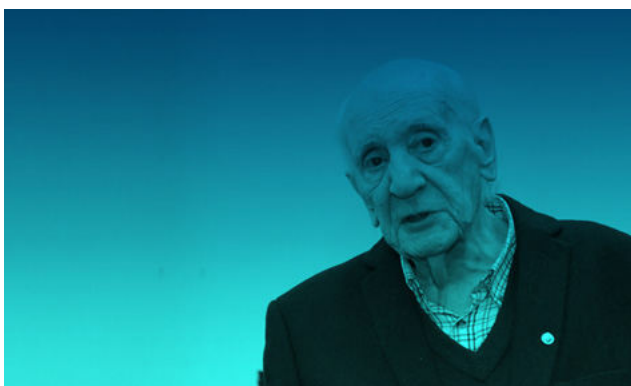


Foto cedida por Prof. Nuno Ferreira, da ESELX.

JOSÉ EDUARDO MOREIRINHAS PINHEIRO
(COIMBRA, 1923 – LISBOA, 2017)

Hesitei na forma/estilo a adotar nesta homenagem ao Professor José Eduardo Moreirinhas Pinheiro, figura indelevelmente ligada à antiga Escola do Magistério Primário de Lisboa. Explico. O meu primeiro contacto com Moreirinhas Pinheiro – apelidos pelos quais era conhecido – deu-se em 1986, precisamente no ano em que ingressei na mencionada Escola do Magistério. Com ele estabeleci uma relação muito cordial, mas de âmbito estritamente “escolar”.



Por seu turno, no final da década de 1990, momento em que comecei a dedicar-me à investigação em História da Educação, tive necessidade de consultar os arquivos da Escola do Magistério Primário de Lisboa (já rebatizada Escola Superior de Educação de Lisboa). Recebeu-me, então, o *cuidador* do referido acervo: Moreirinhas Pinheiro. Ao longo dos anos subsequentes (cerca de vinte) conversámos muitas vezes sobre temas de Educação, crescendo entre nós uma salutar amizade.

Dito isto, nas próximas linhas procurarei enaltecer a sua memória, sublinhando o seu percurso biográfico (de modo muito informal e ao sabor da pena)¹; não me eximirei, contudo, de tecer uma ou outra nota mais pessoal – tratarei, pois, de invocar o meu *estatuto* de amigo.

Começo, então, por assinalar aqueles que considero serem os seus principais passos no campo educativo. Desde logo, o facto de Moreirinhas Pinheiro ter frequentado e concluído o curso do magistério primário, em Coimbra. Não obstante ter sido algo fugaz a sua passagem pelo ensino primário (1946 a 1954), a verdade é que esse período de lecionação marcou o seu pensamento pedagógico. Constituiu, na verdade, um repositório imenso de experiências; tanto mais importante quando se pensa que, a partir de 1958, quando ingressa na Escola do Magistério Primário de Lisboa, então na qualidade de professor de Didática Especial e de Legislação e Administração Escolares, passou a participar na formação inicial de futuros professores do ensino primário. De resto, muitas gerações

¹ Para uma visão sistematizada do percurso de vida e profissional de Moreirinhas Pinheiro, o leitor pode consultar Ferreira, Nuno Martins (2016). Professor José Eduardo Moreirinhas Pinheiro (1913-2017): um percurso biobibliográfico, Da investigação às práticas, 7 (1), 91-111.



de professores que passaram pela Escola do Magistério Primário de Lisboa conheceram-no nessa qualidade; mais tarde (em bom rigor histórico, depois de 1975) também enquanto docente das cadeiras de Introdução à Pedagogia e de Didática Geral; coube-lhe, ainda, a lecionação da cadeira de Metodologia e o acompanhamento (na qualidade de coordenador) de estágios. Uma nota pessoal em relação a este último aspeto. Moreirinhas Pinheiro foi meu coordenador de estágio em 1988, ano em que frequentei o 3.º (e último) ano do curso. Assistiu, então, a várias aulas que lecionei na Escola Jorge Barradas, em Benfica. Recordo o seu ar calmo ao entrar na sala de aula, observando depois (normalmente durante uma manhã) o desenrolar da ação educativa. Às quintas-feiras, era o momento da semana em que, estagiários, coordenador de estágio, professor orientador (titular de turma) e outros professores da Escola do Magistério, discutiam as atividades letivas (avaliava-se, no fundo, o desempenho dos estagiários). Moreirinhas Pinheiro teve sempre uma palavra de apoio e de estímulo para os estagiários, não deixando de apontar os aspetos pedagógicos que considerava passíveis de correção. Houve mesmo vezes em que, não havendo acordo entre o professor titular de turma (que acolhia os estagiários) e o coordenador de estágio, sublimou o papel dos alunos-mestres.

Para os estagiários, recordo-me bem, era algo difícil situarem-se entre uma visão pedagógica (à data) progressista – protagonizada por António Mora Ramos, defensor da pedagogia de projeto e das correntes não diretivas (falava-se muito em Carl Rogers) – e outra mais arreigada, por assim dizer, ao *modelo escolar* e aos aspetos didáticos da ação educativa, interpretada por Moreirinhas Pinheiro.



Há outra faceta de Moreirinhas Pinheiro que gostaria de trazer aqui. Falo do seu labor enquanto investigador nos campos da História da Educação e da Pedagogia. De facto, é ubérrima a sua produção científica, colaborando nas revistas *Escola Portuguesa*, *Ocidente*, *Revista de Portugal* e *Revista Municipal de Lisboa*, entre outras. Mais, de sua lavra são também diversos livros (quase todos edição de autor), publicados nas duas últimas décadas de vida. Numa visão muito impressionista e redutora, direi que, nas suas obras, recebem especial atenção: i) a formação de professores; ii) a Biblioteca-Museu do Ensino Primário; iii) a Escola Normal Primária/ Escola do Magistério Primário de Lisboa; iv) figuras de vulto da pedagogia portuguesa. Neste último caso, ilustrou os percursos pedagógicos e de vida de personalidades como António Feliciano de Castilho, Irene Lisboa, Albertina Maria da Costa, Áurea Judite de Amaral, Luísa Emília Seixo Robertes, Tomás Borba, entre tantas outras. Não deixou, por outro lado, de consagrar uma obra ao património bibliográfico e arquivístico existente na Secção de Reservados da Escola Superior de Educação de Lisboa; nem mesmo, já na parte final da sua vida – retomando, porém, uma faceta abraçada desde cedo – de escrever textos de carácter memorialístico.

Parte do reconhecimento chegou ainda em vida. Destaco, em 1990, a atribuição do prémio complementar do prémio “Júlio de Castilho”, pela obra *Do ensino normal da cidade de Lisboa*. Do mesmo modo, a homenagem que lhe foi prestada no âmbito da exposição “Professor José Eduardo Moreirinhas Pinheiro: uma vida dedicada à educação”, inaugurada em 2015, na Escola Superior de Educação de Lisboa. E, não menos importante pelo simbolismo que encerra, a atribuição do seu nome à biblioteca da referida Escola Superior.



Seria interessante que alguma instituição de ensino superior com responsabilidades na formação de professores instituísse um prémio de investigação tendo como patrono Moreirinhas Pinheiro.

Finalmente, uma palavra para realçar o papel que desempenhou no auxílio a investigadores que recorreram à Secção de Reservados da Escola Superior de Educação de Lisboa. O investigador pioneiro foi, talvez, o Professor Doutor António Nóvoa, nos idos anos de 1980. Nas décadas seguintes, Moreirinhas Pinheiro procurou (o mais que lhe foi possível) orientar investigadores nacionais e estrangeiros (sobretudo brasileiros), indicando fontes de arquivo e, ao mesmo tempo, dando pistas de trabalho. Também aqui o reconhecimento chegou em vida. Na verdade, em 2008, o Professor António Nóvoa, à data reitor da Universidade de Lisboa, teve a gentileza de convidar Moreirinhas Pinheiro para integrar o júri de doutoramento do signatário das presentes linhas – justa homenagem pública.

Creio não ser inconflidência da minha parte deixá-los com as palavras que Moreirinhas Pinheiro me dedicou na sua última obra, *Notas de Guerra e de Paz* (2015): “Ao Professor Doutor Carlos Manique da Silva, companheiro de há largos anos em trabalhos sobre Educação e Ensino, oferece este modesto trabalho o amigo certo e grato” (1 de outubro de 2016).



PRÉMIO MANUEL BARTOLOMÉ

Centro Internacional de la Cultura Escolar

O júri do Prémio Manuel Bartolomé Cossío (2017) decidiu, por unanimidade, no passado día 7 de novembro, atribuir o referido prémio ao CEINCE – CENTRO INTERNACIONAL DE LA CULTURA ESCOLAR, com sede em Berlanga de Duero (Soria). Foi a seguinte a fundamentação da decisão: “El jurado ha considerado, en ese sentido, la destacable tarea realizada por el CEINCE durante el presente ejercicio, un importante esfuerzo de recuperación, preservación, estudio y difusión de patrimonio documental y bibliográfico, así como de difusión del mismo por medio de exposiciones monográficas. Todo ello reconociendo, en general, su prolongado trabajo de interpretación del patrimonio histórico y la cultura de la escuela”. Regozijamo-nos com o merecido prémio agora atribuído e felicitamos o Prof. Agustín Escolano Benito pelo excelente trabalho que tem vindo a desenvolver à frente do CEINCE.





PRÊMIO SPCE/DE FACTO EDITORES

Professora Doutora Ana Luísa Paz



A HISTEDUP congratula-se com o facto de a Professora Doutora Ana Luísa Paz ter sido galardoada com o Prémio SPCE/De Facto Editores 2016, com a obra *Ser músico em Portugal: Trajetórias do aprender a ser génio, finais do século XIX – inícios do século XX*. Trata-se da adaptação da tese de doutoramento em Educação (História da Educação) – Ensino da Música em Portugal (1868-1930): Uma história de pedagogia e do imaginário musical. Defendida em 2015, teve como orientadores científicos os Professores Doutores Jorge Ramos do Ó (Instituto de Educação, Universidade de Lisboa) e Denice Bárbara Catani (Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo – Brasil). Inscrita no projeto De aluno a artista: inventividade, estatuto e herança na história da educação artística em Portugal (1780-1983), cientificamente coordenado pelo Professor Jorge Ramos do Ó, a mencionada tese tinha já recebido o Prémio Instituto de Educação/Caixa Geral de Depósitos – 2016.



Ana Luísa Paz é atualmente professora auxiliar convidada no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Os seus principais interesses de investigação passam pelos temas do currículo, formação de professores e educação artística. Desde o ano 2000 tem participado em equipas de investigação que se debruçam acerca da escolarização e alfabetização em Portugal, a educação artística e as pedagogias do ensino superior, no seio das quais tem desenvolvido pesquisas tanto em abordagens históricas, como comparativas.

É autora de um conjunto de publicações (nomeadamente, artigos em revistas científicas de referência).



ISCHE 39

**International Standing Conference for the History of Education,
18-21 julho de 2017**

Entre os dias 18 e 21 de julho de 2017 decorreu em Buenos Aires, na Argentina, a ISCHE 39 – International Standing Conference for the History of Education, subordinada ao tema “Education and Emancipation”, organizada pela Sociedad Argentina de Historia de la Educación (SAHE).

As quatro conferências principais ficaram a cargo dos keynote speakers: Alicia Civera, da CINVESTAV, México, com uma comunicação intitulada “Education, Emancipation and Social Movements”/ “Educación, emancipación y movimientos sociales”, Julie Mc Leod, da Melbourne Graduate School of Education, Austrália, que apresentou “Freedom and Tradition: How Progressive Education and Feminism Reshaped Schooling in the 1970’s”/ “Libertad y tradición: cómo la educación progresiva y el feminismo reformularon la escolarización en la década de 1970”, Adriana Puiggrós, da Universidad de Buenos Aires, Argentina, que falou sobre “Liberalism and Neoliberalism in the Latin American History of Education”/ “Liberalismo y neoliberalismo en la historia de la educación latinoamericana” e Crain Soudien, da University of Cape Town, South Africa, fechou o ciclo de conferências com a comunicação intitulada “Institutionalising Racial Segregation in the South African School: The 1905 School Board Act”.



Os Pré-Conferência Workshop despertaram a atenção dos que chegaram mais cedo e abordaram os seguintes temas: “The Visual and History practice in the Digital Age”, “Archives and Museums about the history of education with a view to emancipatory processes” e “Education, aesthetics and visual culture: images in the production of sensitivity”.

Na Assembleia-Geral, foram eleitos dois novos membros para o Comité Executivo do ISCHE: Angelo Van Dorp que está prestes a integrar a University of Koblenz-Landau, na Alemanha, e Diana Vidal, da Universidade de São Paulo, no Brasil, que tinha vindo a colaborar com o Comité Executivo como membro convidado. Grace Akanbi e Inês Felix terminaram os seus mandatos, recebendo do Comité Executivo os mais sinceros agradecimentos. Saliente-se o dinamismo do trabalho desenvolvido pela portuguesa Inês Félix no bom funcionamento do website dirigido aos Early Career Researchers, ao longo do último ano.

Para os que não puderam estar presentes em Buenos Aires, fica o acesso ao sítio da internet onde podem consultar o livro de resumos <http://eventosacademicos.filo.uba.ar/index.php/ische/39ische> e o conjunto de documentos relativos à Assembleia Geral está disponível em <http://www.ische.org/wpcontent/uploads/2017/07/Documents-for-General-Assembly-on-20-July-2017.pdf>.

Foi durante a Assembleia Geral que foram partilhadas algumas iniciativas e boas notícias que merecem a nossa atenção.

1) A iniciativa **ISCHE conference abstract database** foi financiado pelo Stichting-PH, o que permitirá aos membros do ISCHE pesquisar uma série de informação armazenada ao longo dos últimos anos.



2) A Assembleia Geral teve a oportunidade de felicitar Damiano Matasci pelo prémio **ISCHE 2017 First Book Award** recebido pela sua monografia "*L'école républicaine et l'étranger. Une histoire internationale des réformes scolaires en France, 1870-1914*" (Paris, ENS Editions) publicado em 2015.

3) Todos os membros do ISCHE devem considerar enviar as suas propostas de publicação para a série «Global Histories of Education» (Palgrave Macmillan). Os primeiros volumes devem ser publicados em 2018. Para mais informações, consultar: <http://www.ische.org/publications/bookseries/>

4) Em 2017, o Comité Executivo lançou o projeto **ISCHE History of Education Salon** com quatro pequenos vídeos sobre o tópico "Education and the Body". Adequados para o ensino, esta iniciativa terá continuidade em 2017-2018. Os interessados em fazer parte deste projeto podem obter mais informações em <http://www.ische.org/salon/>.

5) Foram apresentadas as cidades e locais de realização das ISCHE 40 e 41. A Humboldt University Berlin, na Alemanha, receberá, entre 29 de agosto e 1 de setembro de 2018, investigadores de todo o mundo para participarem na conferência que se organiza em torno do tema "Education and Nature". O *call for papers* para o ISCHE 40 já se encontra disponível no website www.ische.org/2018. Antecipando a candidatura da HISTEDUP à organização do ISCHE 41 na cidade do Porto, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Joaquim Pintassilgo e Luís Grosso Correia apresentaram a disponibilidade de Portugal em organizar o evento no ano 2019, antecipando em um ano a candidatura prevista, devido à desistência da Grécia na realização do mesmo.



Recensões



Lima, S. & Musial, G. (orgs.) (2016). *Histórias e Memórias da Escolarização das Populações Rurais: Sujeitos, Instituições, Práticas, Fontes e Conflitos*. São Paulo: **Paco Editorial**.

Adriana Pereira

Em um sábado chuvoso, durante a reunião do projeto INOVAR, tive a satisfação de conversar com o professor José Antônio Afonso que, com muito entusiasmo, indicou a leitura e passou a referência completa do livro *Histórias e memórias da escolarização das populações rurais: sujeitos, instituições, práticas, fontes e conflitos*, organizado por Sandra Cristina Fagundes de Lima e Gilvanice Barbosa da Silva Musial, publicado em 2016 pela Paco Editorial. Neste momento, após algumas leituras, anotações, idas e vindas nos diferentes capítulos, compreendo o entusiasmo do professor Afonso e afirmo que, como pesquisadora, defensora do mundo rural e “caipira” do interior de São Paulo, que é uma satisfação ter a oportunidade de fazer esta a revisão. Divido a apresentação da publicação em quatro partes: origem, proposta, organização do livro e comentários pessoais.

Origem do livro: A publicação é resultado de discussões e pesquisas em diferentes espaços e contextos no âmbito de uma rede de investigação com a colaboração de brasileiros e estrangeiros e que



tem como objeto “a história da escola rural e dos processos educativos das populações rurais” (p. 11). Essa rede é composta pelo Grupo de Pesquisa em História do Ensino Rural da Universidade Federal de Uberlândia (GPHER/UFU) e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (NEPHE/UEMG), para além do intercâmbio desses dois grupos com pesquisadores brasileiros provenientes de instituições localizadas fora do estado de Minas Gerais e pesquisadores estrangeiros.

Proposta do livro: A obra identifica a ausência de estudos acadêmicos sobre a escola rural e revela facetas da precariedade dessas instituições, na América do Sul e na Península Ibérica, sobretudo em Portugal. Destaca as condições postas para escolarização das populações rurais, resultado de políticas que privilegiam a cidade, as instituições nela estabelecidas e os modos de vida urbanos resultantes do modelo de desenvolvimento capitalista.

Isso significa que as populações rurais despossuídas e pobres sofrem o desenvolvimento capitalista como uma espécie de hecatombe social. Ele não lhes dá, como ponto de partida, vias normais de combate à marginalização, ao desemprego e à miséria... (Fernandes, 1976, p. 116) (p.12-13)

A publicação indica a precariedade de recursos, de materiais didáticos, de espaços escolares adequados, as más condições para o acesso à escola, a falta de profissionais, de formação adequada e a desvalorização desses mesmos profissionais, o que revela o papel secundário da escola rural; por outro lado, mesmo com a precariedade, essa instituição foi responsável e teve papel fundamental na alfabetização das crianças até meados do século XX. “Mesmo



consideradas sinónimos do atraso ou mal necessário, essas escolas desempenharam, à revelia da precariedade de suas instalações e da formação de seus professores, importante papel na difusão do ensino primário” (Ávila, 2013, p. 305).

Diante destes aspetos a publicação tem como objetivo: “compreender as transformações, permanências e conflitos no que se refere à história dos processos educativos implementados no meio rural” (p. 13). Para isso, a obra propõe-se analisar a história da educação rural a partir da legislação, das representações e das memórias, da literatura e realizar um aprofundamento teórico-metodológico considerando que os investigadores se defrontaram com populações poucas letradas, com uma tradição oral e com novas fontes: “a literatura, a biografia, a autobiografia e o memorialismo” (p. 13).

A partir do contexto de investigação, os autores frisam a importância de se dar continuidade às pesquisas sobre educação rural e sobre “a educação “tradicional” de povos de cultura predominante oral” (p.13).

O fio condutor que amarra os diferentes capítulos é: “o espaço rural ou os espaços rurais entrelaçados pelo urbano” (p.14).

Organização do livro: A obra foi dividida em catorze textos, resultantes do trabalho de pesquisa de quinze pesquisadores brasileiros, um português e uma francesa. Os textos foram divididos em três secções: “Aqui... Minas Gerais”, “Ali... Ceará, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo”, “Em Todo Lugar”.

A secção “Aqui... Minas Gerais” é composta por sete textos, que apesar de tecerem discussões diferentes, com geografias e temporalidade diversas, estão interligados pela problemática da educação rural no contexto do estado de Minas Gerais. A riqueza desta secção possibilita ao leitor: a reflexão metodológica, analisando “potenciali-

dade e limites da literatura como fonte”; conhecer o funcionamento das escolas públicas mineiras por meio dos materiais pedagógicos; a análise do discurso envolvendo a temática; a promoção da educação da população rural em jornais, atas de câmaras municipais e associações; o impacto da escolarização nos saberes tradicionais sobre saúde produzidos pelas populações rurais e histórias e memórias construídas por professores e alunos acerca das práticas das instituições rurais onde trabalharam ou estudaram.

A secção “Ali... Ceará, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo” é composta por quatro trabalhos que abordam a temática da educação da população rural em diferentes regiões do Brasil, enfocando como problemática o processo de institucionalização, edificações e a formação profissional dos professores das instituições rurais.

A secção “Em todo Lugar... Mali, Portugal e Argentina” é composta por três textos de autores estrangeiros (França, Portugal e Argentina): “um explora o conflito entre escolarização tradicional fundada na transmissão oral e aquela proveniente da cultura escrita e dois deles discutem a problemática da escola rural e educação do campo” (p. 17).

A organização das secções traz uma tecedura que permite ao leitor uma reflexão não apenas sobre a atual produção que envolve a temática, mas também sobre as possibilidades de abordagens metodológicas e fontes para analisar o objeto de pesquisa.

Comentários pessoais: Para finalizar quero pontuar alguns aspectos que considere relevantes como leitora e pesquisadora: as diferentes formas de abordagem da temática; o intercâmbio e o diálogo de pesquisadores mais experientes com outros com menos experiência no processo de pesquisa e síntese da investigação.



A temática educação das populações rurais é abordada de forma associada com os contextos sociais, problematizando a idealização e mistificação do mundo rural, a supervalorização do modo de vida urbano em detrimento das representações construídas em relação ao rural e as escolas ali instaladas com seus espaços, práticas e profissionais.

Além destes aspetos, as discussões metodológicas e a riqueza das fontes trazidas pelas investigações, contribuem para pensar as práticas de pesquisa, revelando o quanto são vastas as possibilidades abertas pela documentação eleita como fonte e como são muitos os espaços e as formas que testemunham a história.

Por fim, destaco a importância de espaços como os grupos de pesquisas e esta publicação para acolher os pesquisadores menos experientes para debater e construir oportunidades de cooperação e troca de saberes. Fica evidente na publicação o quão rico foram os debates e quanto contribuíram para formação de cada investigador, seja ele experiente ou não.



Afonso, J. A. (2016). *Escolas rurais na 1ª República portuguesa (1910-1926): discursos e representações sobre a periferia*. Santo Tirso: Whitebooks.

Carlos Beato

A obra em apreço espraia-se por três capítulos, merecendo ainda uma nota introdutória e um final em registo conclusivo.

O primeiro capítulo, chamado de “ruras políticas e continuidades culturais,” onde o autor aborda a produção historiográfica disponível para o período estudado, é, de algum modo, uma peça fulcral da obra dado que permite situar o leitor perante a complexidade social, política, económica e cultural do período republicano a braços com uma herança que, se por um lado, permitiu o triunfo do movimento revolucionário munido das perspetivas que eram abertas pela ideologia dos seus apoiantes, por outro, acabou por se constituir, vista a sua rigidez e arcaísmo, num dos maiores obstáculos à definitiva consagração da república democrática que acabou por soçobrar vítima da sua incapacidade de criar o mundo novo prometido.

“A escola republicana,” como se designa o segundo capítulo, indo diretamente para o assunto da educação escolar, faz uma aproximação ao objetivo central do autor, a discussão das escolas

nos meios rurais, sendo que era nessa área que se situava uma das expectativas mais esperançosas para os homens da República, já que pareciam acreditar na retórica de que a escola ia mudar a sociedade num sentido de alargar a democracia e a participação social ao maior número no caminho da justiça social.

No capítulo final, o autor parte “à descoberta do povo,” ou melhor, acompanha o percurso de alguns que se empenharam nessa missão que se pretendia educadora e civilizadora, nomeadamente agentes ligados ao ensino, quer como professores, quer como inspetores, mas vários outros como jornalistas, capitalistas e filantropos. É nesta parte do trabalho que, de facto, se mergulha na questão central do livro, a das escolas “rurais.”

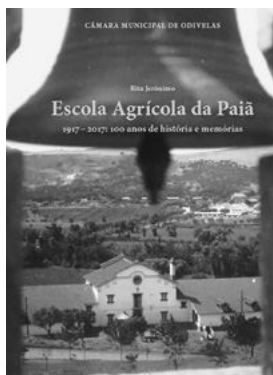
Depois desta breve apresentação apenas umas notas despreziosas sobre alguns aspetos do conteúdo.

A sensação que se tem ao longo de toda a leitura é a de que o autor parece pressionado pela urgência (saudável) de informar, de acrescentar depoimentos, de sublinhar referências, aparentando cada página comportar muito mais informação do que aquela que é possível verter nas suas estimadas trezentas e trinta palavras. É profusa a utilização de testemunhos da época, que permitem a esfera dos debates sempre vivos, impondo-nos uma ambientação à vida social, política, cultural e económica das primeiras décadas do século passado, nomeadamente as que incluem os anos em que Portugal teve como regime político a República, desde o fim da Monarquia constitucional até à Ditadura militar que precedeu o Estado Novo. Talvez a explicação para o volume informativo acarretado se encontre na parte oculta do título da obra a qual aparece apenas no rodapé das páginas, “Inquéritos exploratórios.”

O que esta obra nos traz é uma questão pertinente a colocar. A resposta é quase imediata a partir da sua titulação. São os discursos sobre a escola e as representações da escola republicana, com uma vertente de maior preocupação assente na temática das escolas estabelecidas no mundo rural. Encontramos, de facto, na capa do livro, depois do nome do autor, José António Afonso, a designação da obra “Escolas rurais na 1ª República portuguesa,” mas não insistimos na qualificação de escolas rurais, porque como o próprio autor nos assevera será mais correto falar de “escolas em espaço rural” (p. 101).

Quando chegamos à conclusão formal fica-nos a ideia que já na parte final de à “descoberta do povo” (pp. 69-101) ela se desenhava, nomeadamente onde é apontado que “a escola em espaço rural vai sendo apropriada pelas populações, naturalmente com ritmos diferenciados, resultantes das próprias transformações sociais e das recomposições sociais daí decorrentes” e que “é uma escola permeável às oscilações políticas e às mutações das políticas sociais.” Finalmente considera o autor que a escola para poder ser considerada como escola rural “deveria ter tido um carácter próprio, uma identidade,” e ser “objeto de uma reforma, que conciliasse a dignidade e a formação do professor, com a dinamização cultural das aldeias com convicção política e cívica” pelo que, tendo isso estado ausente, conclui que talvez não tenham chegado a existir escolas rurais no período estudado e, como já referenciado, tudo se tenha resumido a escolas plantadas em meio rural (p. 101).

Concluo, citando do prefácio as asserções de que esta obra de José António Afonso se apresenta sob a forma de um livro “bem documentado” que “abre para o debate” e que da sua leitura muito poderá beneficiar os que pretendam “dispor de uma visão mais ampla e de longa duração sobre a escolarização” em Portugal (p. 12).



Jerónimo, R. (2017). *Escola Agrícola da Paiã. 1917-2017: 100 anos de história e memórias*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas.
Carlos Beato

Neste ano de 2017, em meses sucessivos, saíram do prelo duas estimáveis obras dedicadas a instituições educativas sediadas no município de Odivelas. Primeiro, em março, *Instituto de Odivelas. 115 anos a formar e a educar* e, logo em abril, esta que ora nos ocupa, *Escola Agrícola da Paiã. 1917-2017: 100 anos de história e memória*. Ambas, como os respetivos títulos indicam, dedicadas a instituições centenárias que tendo características muito diferenciadas não deixam, contudo, de ter alguns pontos em comum, o mais óbvio sendo a área de implantação, mas também, por exemplo, o facto de inicialmente serem reservados a filhos de militares, conquanto pertencendo a distintos extratos hierárquicos e, portanto, económico sociais.

É interessante notar, como se assinala no primeiro parágrafo do Prefácio, que o título deste livro refere uma “escola agrícola” que nunca ostentou tal designação, apesar de, na sua já longa existência, desde 1917 aos tempos atuais, a escola ter tido cinco designações diferentes. Aliás, são os momentos dessas mudanças de nome que a autora do trabalho utiliza como marcos cronológicos

que lhe permitem periodizar o século da existência da instituição em cinco períodos diferentes.

Na realidade, os períodos em que o trabalho divide o percurso da escola da Paiã não são, linearmente, coincidentes com as alterações políticas nacionais ou locais, mas não é difícil de detetar uma escola que funciona como espelho dessas alterações, dado que é em função das novas políticas que a escola muda de designação e de objetivos, embora mantendo como fundamental a ligação ao ensino dos trabalhos e práticas agrícolas e afins.

Pode-se perceber bem isso enumerando, justamente, os períodos que a autora atribui à existência da escola. O primeiro vai desde a fundação em 1917 a 1929, começando em tempos da República e terminando durante a Ditadura Nacional, sendo a escola designada de “Profissional de Agricultura de Paiã”; no segundo, de 1929 a 1939, início ainda na Ditadura e final no Estado Novo, o nome da escola é encurtado para “Profissional de Paiã”; no terceiro período, o mais longo considerado, de 1939 a 1979, abarcando várias fases do Estado Novo e a reinstalação da Democracia política, a escola é batizada de “Prática de Agricultura D. Dinis”; quatro anos depois, em 1979, a escola é integrada na uniformização que foi feita aos nomes dos estabelecimentos escolares passando a chamar-se “Secundária D. Dinis” nome que ficou quase até ao final do século (1979-1995); finalmente no sexto período e último considerado, o qual se prolonga até à atualidade (1995-2017), a escola tem também o seu sexto e último nome, “Profissional Agrícola D. Dinis.”

A escola foi fundada em pleno período republicano numa situação muito difícil com a ida de tropas portuguesas para as trincheiras da chamada Primeira Grande Guerra, num contexto de grandes

dificuldades económicas e sociais, onde as movimentações revoltosas das classes populares pressionadas pelas dificuldades do seu viver eram frequentes, dando aso a uma permanente instabilidade política que acabou criando condições para o *putsch* militar comandado por Sidónio Pais no final desse ano.

Inicialmente, a escola tem, sobretudo, objetivos assistenciais, mas também contribui para o combate, há muito considerado necessário, à elevada taxa de analfabetismo existente, muito particularmente entre as populações rurais. A escola forneceria uma formação prática aplicável aos diversos ramos da agricultura, mas também os conhecimentos literários correspondentes à instrução primária. Os seus alunos seriam preferencialmente “órfãos de cidadãos pobres do distrito, mortos combatendo o inimigo” e, caso os recursos do órgão fundador da escola, a Junta Geral do Distrito de Lisboa, o permitissem, também seriam admitidos os filhos de soldados mutilados e incapacitados em consequência da participação na guerra.

Para a sociedade burguesa da época seria importante a criação de instituições educativo-assistenciais que colaborassem no combate ao flagelo que constituía o crescente número de indigentes e vadios que, em fuga dos campos e das miseráveis condições aí existentes, enchiam as cidades. Para a visão idílica da situação, haveria ainda um segundo aspeto positivo e de utilidade com a possibilidade de se formarem trabalhadores que, de algum modo, se afeiçoassem à terra e às práticas agrícolas, com o consequente regresso às zonas campestres.

É sintomático do aluno tipo que se pretendia, o anúncio que em 1919, previamente à abertura das aulas, foi publicado visando a angariação de alunos. Seriam admitidos os filhos de soldados

mortos ou deficientes em razão da guerra, como previsto regulamentarmente, mas também os de operários rurais ou incapacitados por motivos de desastre em trabalhos agrícolas, sendo ainda motivo para a admissão ser jovem “abandonado, exposto ou desvalido” e, de uma maneira geral, ser julgado em perigo moral.

A escola funcionava em regime de internato para todos, alunos, professores e pessoal escolar. O ensino prático pretendido assentava num funcionamento da escola como se de uma verdadeira exploração rural se tratasse. Os alunos seriam os principais operários e as receitas com as vendas dos produtos permitiriam aliviar significativamente os encargos do Estado que fornecia aos alunos a alimentação e o vestuário, além do dormitório e os próprios livros escolares e outro material de estudo.

Ao princípio, era mesmo advogado que o trabalho dos alunos fosse pago para ser descontado em alguma despesa que fizessem e, inclusive, que os alunos finalistas pudessem dispor de uma pequena parcela de propriedade para exploração em proveito próprio.

Em 1927, foi permitido à Escola Profissional de Agricultura, nome de batismo da escola da Paiã, aceitar alunos tutelados por outras instituições, a Misericórdia de Lisboa e o Instituto de Seguros Sociais, por conta das quais ficava o essencial das despesas com os seus protegidos, o que não agravava muito o orçamento da escola. Assim, a população escolar que todos os anos tinha vindo a aumentar, sofreu um acréscimo ainda mais significativo. Em 1920-21 a população escolar ficava-se pelos 55 rapazes, em 1926-27 atingia os 122, passando a 145 no ano seguinte, para em 1928-29 atingir os 180.

Depois da implantação da ditadura militar surgiram muitas críticas de responsáveis do regime ao funcionamento da escola e a partir



de 1928 o mal-estar agudizou-se, as críticas à gestão escolar e financeira foram em crescendo, o cerco político foi-se apertando e a escola acabaria mesmo por ser oficialmente encerrada em julho de 1929.

Na continuação, a narrativa da autora prossegue para o segundo período que descreve o modo de apropriação da escola pelo Estado Novo, após a sua “refundação” ainda em 1930, o qual transforma a instituição numa estrutura sobretudo assistencial e de inculcação ideológica junto dos alunos oriundos, em geral, das camadas mais pobres da população. Todo este trabalho é apresentado sempre com recurso a várias fontes da época e às memórias de alunos sobreviventes, ou deixadas em registo escrito, e profusamente ilustrado. É assim que nos surgem em quantidade inestimável documentos de imprensa, fotografias escolares, plantas arquitetónicas, documentos administrativos escolares, cartazes de propaganda e correspondência. São cerca de dezassete páginas de iconografia num capítulo do livro que não ultrapassa as trinta e sete.

No terceiro capítulo e onde se apresenta o período em que a escola manteve por mais tempo o nome, quarenta e um anos de 1939 a 1979, a narração preenche trinta páginas sendo cerca de dezanove de ilustração. Este período inicia-se com a sujeição da escola aos ditames da organização da Mocidade Portuguesa o que altera substancialmente as atividades da escola devido à correspondente perda de autonomia no seu planeamento.

Quando a escola passa a ser “apenas” mais uma escola secundária com a particularidade de ter uma componente de ensino agrícola já passavam quatro anos do restabelecimento da democracia e já novas alterações tinham chegado e outras mais vinham a caminho.

O registo é muito mais descritivo que os anteriores sendo polvi-



lhado de memórias de antigos alunos, o que não lhe retira o interesse, antes pelo contrário, e pode até permitir, numa leitura cuidada a inferência de algumas ideias sobre o ambiente “amigável” e “repressivo” da instituição identificada com uma (grande) família austera e castradora.

A partir de certa altura a escola deixou de ser especificamente assistencial, nomeadamente depois da passagem de Veiga Simão pelo Ministério da Educação, ficando aberta a todos os alunos interessados em agricultura.

Já os dois últimos capítulos dedicados aos tempos mais recentes, o primeiro de 1979 a 1995 e o seguinte daí para cá, são, sobretudo, repositórios de memórias de alunos e professores e mantêm uma significativa ilustração fotográfica, que, no último capítulo ocupa metade das páginas, agora quase totalmente a cores.

Como se vê pelas breves resenha anterior, a “Escola Agrícola da Paiã”, cuja existência é tratada nesta obra de Rita Jerónimo, é uma instituição com um historial muito rico e merece o esforço despendido para efetuar este estudo. Um trabalho que, conquanto realizado para fins comemorativos, é merecedor dos devidos êncômios e mostra que valerá a pena, sem dúvida algum, um maior aprofundamento a partir das fontes riquíssimas indicadas pela autora, nomeadamente os arquivos da própria instituição e os da Junta Geral do Distrito de Lisboa, sem esquecer as coleções documentais particulares de antigos alunos ou seus familiares, a imprensa ou os manuais escolares incluindo um cujo autor foi durante longos anos professor na escola.

Um aspeto que ocorre logo é a relação entre as práticas escolares de instituições como esta e a chamada educação integral, a



tecnologia de modelação dos seres, o “governo de si próprio” com ressaibos foucaultianos. Tudo isso está presente e podem ser encontradas em numerosas páginas depoimentos escritos e orais que mereceriam um aprofundamento, o que não era, claramente, o objetivo desta obra. Aliás, os fins perseguidos de não esquecer, de trazer à luz do dia as preciosas memórias da instituição e dos seus construtores, são plenamente alcançados e é tornada disponível uma quantidade imensa de informação que o permite. Realcem-se as transcrições de cartas pessoais e as entrevistas orais a antigos habitantes daquele espaço, alunos, funcionários e professores, e o número elevadíssimo de fotografias que, só por si, já justificavam uma publicação como esta.

Resumindo, esta obra publicada no centenário da existência de Escola da Paiã autojustifica-se, tem muitas memórias e também alguma história. Alguns assuntos, ou períodos, mereceriam, talvez, um maior desenvolvimento, mas as características da obra não vão nesse sentido. Ainda assim, são feitas pertinentes considerações contextuais sobre a existência da escola, preservadas memórias que de outro modo se perderiam e desvelado um arquivo cujo potencial para estudos deste tema e, decerto, de outros em que a Junta Distrital de Lisboa foi parte interessada parece muito promissor.



Ribeiro, C. P. & Araújo, F. M. (Org.) (2017).
A História da Educação em Vila Nova de Gaia.
Porto: Edições CITCEM.

Luis Alberto Marques Alves

Na badana desta obra com o seu Resumo, pode ler-se: “Explorar e dar a conhecer a polissemia temática da História da Educação em Vila Nova de Gaia foram objetivos que, conjugando vontades e esforços pessoais e institucionais, se materializaram primeiro na realização de um colóquio e agora na publicação deste livro que partilha as visões distintas e significativas dos autores que a ela se têm dedicado. Um olhar sobre a herança histórica do município gaiense, num contexto alargado de enquadramento que nos remete de Oitocentos até ao presente, indubitavelmente, contribuirá para uma melhor compreensão do fenómeno educativo português, em paralelo com o anúncio de novas linhas de investigação que se revelam da maior pertinência e originalidade para o aprofundamento da História da Educação”.

Gostava de destacar várias ideias, em particular aquelas que fazem parte da nossa agenda enquanto investigadores, enquanto Centros de Investigação e também enquanto Associação que, de forma organizada e institucionalizada, cumpre um dos seus objetivos essenciais, garantir a visibilidade do seu espaço científico.



Enquanto investigadores, foi possível encontrar temas e problemas que têm preocupado as agendas científicas de vários interessados no espaço e nos diferentes tempos históricos. No espaço – Vila Nova de Gaia – que, sobretudo através do seu Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner, e da sua responsável Alda Temudo, tem disponibilizado atenção e fontes para múltiplos trabalhos e interesses investigativos. O primeiro texto onde ela com outros autores procura divulgar as “fontes arquivísticas para a interpretação da História da Educação em Vila Nova de Gaia” é um útil guia, resultante do trabalho realizado e das “entradas” para outros temas que podem agora ser fruto de futuros investimentos. José António Afonso e António Manuel Silva assinam um segundo texto sobre “a rede escolar protestante” fruto da escrita de uma comunicação oral que deixou aos que os ouviram, entre um misto de surpresa e sede de mais saber, sobre um tema por vezes marginalizado, mas que encontrou na investigação deles um excelente ponto de síntese e de “panorâmica geral” sobre uma área em que prometeram mais novidades para breve, noutros espaços e noutros escritos. Eva Baptista partilhou com os presentes e com os agora potenciais leitores, o seu projeto de investigação doutoral que, na viragem do século XIX para o XX, procura trazer novidades sobre as várias pessoas e instituições que marcaram a originalidade de Gaia no campo educativo. Anabela Amaral juntou Educação com Helioterapia, Filantropia com preocupações de Saúde, mostrando o papel do Sanatório Marítimo do Norte, fundado em Valadares (1917-1974) na cura de crianças vítimas de tuberculose, onde saúde e escolarização partilhavam o mesmo espaço. O cruzamento entre literatura e escola primária ou, se preferirmos, o papel desta fonte para abordarmos



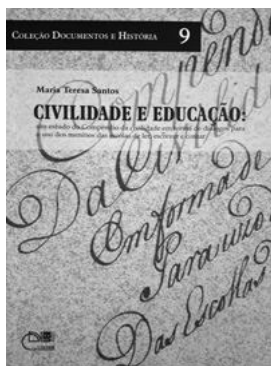
a vertente educativa, foi objeto da intervenção e texto de Gonçalves Guimarães, exemplificando com as obras de Afonso Ribeiro e J. Rentes de Carvalho (professores e escritores). As “escolas operárias” em Gaia justificaram uma interessante exposição de Licínio Santos e o seu texto, agora nesta publicação, remete-nos para pormenores de algumas instituições como, por exemplo, “A Luz do Operário”. O “ensino artístico” justificou duas incursões: uma cruzando o género com a Belas Artes – “A educação feminina pelas Belas Artes na sociedade de Oitocentos” de Susana Moncívio – e outra de António Popes da Cruz que evidencia o papel do escultor Teixeira Lopes e da Fábrica de Cerâmica das Devesas na formação de oleiros. É também num contexto empresarial e educativo que a última autora – Fátima Teixeira – nos apresenta os “contributos educativos da Companhia de Fiação de Crestuma (Lever) para o Ensino em Vila Nova de Gaia”.

Enquanto Centro de Investigação, o CITCEM associou-se não apenas à organização do Colóquio mas também à publicação, garantindo assim uma maior difusão junto dos interessados. Vila Nova de Gaia tem, por um lado, excelentes experiências educativas, pioneiras em muitas áreas, mas, por outro, um Arquivo organizado e disponível que garante aos investigadores um bom trabalho nas múltiplas áreas de interesse. Em particular a viragem do século, seja pelas iniciativas de cariz mais religioso, seja de feição mais assistencial, seja ainda exteriorizando as preocupações de saúde pública que o ambiente científico (médico, por exemplo) favorece, encontra nesta área geográfica condições ambientais e filantrópicas, para além das que resultam de iniciativas mais públicas e políticas, que permitem a implementação, a experimentação, a resposta educativa às alterações de cariz social e económico.



Paralelamente é uma região que cruza muito bem o empreendedorismo com a formação de produtores e daí termos exemplos de fábricas que apostam na inovação e na formação, compreendendo que é por essa via que podem marcar a diferença. Nos vários artigos encontramos evidências desta postura.

Tendo a Educação como centro dos interesses científicos aqui divulgados e, antes, comunicados através do Colóquio, a Associação de História da Educação de Portugal (HISTEDUP) fez a sua obrigação de associar-se, incentivar os participantes e colaborar agora na edição desta obra que, esperamos, possa servir de exemplo para outras regiões, outras experiências de cariz educativo e, sobretudo, para trazer para esta área científica jovens investigadores que sequenciem estes enfoques ou inovem nas temáticas e nas abordagens que a Educação proporciona.



Santos, M. T. (2017). *Civilidade e educação: um estudo do Compêndio da civilidade em forma de diálogos para o uso dos meninos das escolas de ler, escrever e contar*. Maringá: Eduem.

Joaquim Pintassilgo

Publicada no presente ano no Brasil, este livro de Maria Teresa Santos, professora da Universidade de Évora, inclui a publicação integral de uma obra inédita do final do século XVIII – o *Compêndio da civilidade em forma de diálogos para o uso dos meninos das escolas de ler, escrever e contar*, da autoria de Luís Carlos Moniz Barreto, formado em Leis pela Universidade de Coimbra e nesse momento professor régio de História do Real Colégio de Nobres. Segundo o que é dito no frontispício, a obra terá sido ordenada por e seria oferecida a Frei Manuel do Cenáculo, o então poderoso Bispo de Beja, Presidente da Real Mesa Censória e da Junta do Subsídio Literário. Desconhecem-se as razões da não publicação do compêndio. O manuscrito encontra-se na Biblioteca Pública de Évora.

O livro, no seu conjunto, conta ainda com um prefácio de Tereziha Oliveira, professora da Universidade Estadual de Maringá, para além do estudo de Maria Teresa Santos, que antecede o anexo contendo o Compêndio da civilidade. A autora traça a biografia de Moniz Barreto; analisa o contexto de produção do compêndio

e, em particular, as finalidades e o papel educativo e social da civilidade; e aprofunda questões como o método de ensino para que o compêndio remete e as influências latentes no seu texto.

Luís Carlos Moniz Barreto, como a autora demonstra, nasceu no dia 2 de janeiro de 1743 na vila das Velas, ilha de São Jorge, Açores. Faleceu no dia 5 de junho de 1791, com 41 anos de idade, na ilha de Santa Catarina, Brasil, onde desempenhava funções como Ouvidor da respetiva Capitania desde agosto de 1787. Desconhece-se a data em que a obra terá sido escrita, mas, segundo Maria Teresa Santos, deve ter sido entre 1772 e 1777, ou seja, nos anos subsequentes à reforma pombalina dos estudos menores a que, de resto, a obra procura dar resposta. Como é sabido, o plano de estudos aí esboçado prevê a existência da civilidade e circulam então alguns compêndios relativos a essa matéria. Maria Teresa Santos comprova, a partir da análise de quatro cartas de Moniz Barreto dirigidas a Frei Manuel do Cenáculo, a relação existente entre eles no âmbito das redes de dependência e protetorado que marcavam a época.

O género civilidade foi inaugurado, no contexto do renascimento, por uma conhecida obra de Erasmo, *A Civilidade pueril* (1530), emergindo na segunda metade do século XVIII, em Portugal, como um elemento de regulação social e de normalização de comportamentos à luz do que era considerado socialmente adequado numa sociedade que se mantinha fortemente hierarquizada, para além de absolutista, mas em que a educação das crianças ganhava uma outra importância decorrente da inspiração iluminista que animava o reformismo pombalino. Os compêndios de civilidade prescrevem uns comportamentos, e proíbem outros, aspirando elevar os futuros vassallos régios a um patamar de “civilização”. No caso, o autor optou



pelo género catecismo, tradicional na época, tendo em vista a memorização das regras enunciadas e pressupondo a maleabilidade da alma infantil. O texto de Moniz Barreto está organizado em 15 diálogos e consta de 93 perguntas e respetivas respostas. Curiosamente, os compêndios de civildade têm uma nova voga no século XIX, já em contexto liberal, surgindo a par dos catecismos políticos e constitucionais como importantes instrumentos de socialização e de controlo social chegando a ter, inclusive, expressão curricular. Isso significa que interiorização dos novos valores liberais não dispensava a preservação das regras de comportamento social que neles se encontravam cristalizadas e que se procuram levar ao conhecimento de sectores mais amplos da população juvenil. Embora imbuídos de um novo espírito, as finalidades de civilização, normalização e hierarquia vão manter-se. A difusão, na transição do século XIX para o século XX, da educação cívica escolar conduz, então, ao recuo da civildade que, mesmo assim conhecerá novos e inesperados ressurgimentos. Mas esta é uma matéria que já extravasa o conteúdo do excelente estudo de Maria Teresa Santos aqui recenseado.



Eventos Científicos



EVENTOS CIENTÍFICOS

XIII CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA – CIHELA 2018

Política, espacio público y disputas en la historia de la educación en América Latina. A 100 años de la reforma de Córdoba”

Quando: 28 fevereiro a 04 março de 2018

Onde: Montevideo | Uruguai

suheducacion.blogspot.pt/

9TH HISTORY OF EDUCATION DOCTORAL SUMMER SCHOOL»

Quando: 7-10 junho de 2018

Onde: | Universidade de Latvia | Letônia

Data limite para apresentação de propostas: 31 dezembro 2017

www.eera-ecer.de/season-schools/histories-of-education-summer-school/

ISCHE40 – INTERNATIONAL STANDING CONFERENCE FOR THE HISTORY OF EDUCATION: EDUCATION AND NATURE

Quando: 29 Agosto -01 setembro de 2018

Onde: Berlim | Alemanha

Data limite para apresentação de propostas: 31 janeiro 2018

www.ische.org/cfp-ische-40-berlin/





Publicações Científicas



PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education

Educational soundscapes: sounds and silences in the history of education

V. 53, n. 5, 2017

www.tandfonline.com/toc/cpdh20/current#.VRPR9o1yaUk

História da Educação

Dossier: Contextos de recepção e interpretação dos manuais escolares

V. 21, n. 53, set./dez. 2017

seer.ufrgs.br/index.php/asphe/issue/view/2978/showToc

History of Education

Journal of the History of Education Society

V. 46, n. 6, 2017

www.tandfonline.com/toc/thed20/current

Pensar a Educação em Revista

Educação e Internet

V. 3, n. 3, jul./set. 2017

pensaraeducacaoemrevista.com.br/

Revista Mexicana de Historia de la Educación

Vol. V, núm. 9, Jan./Jun. 2017

www.somehide.org/index.php/revista-digital

Revista Brasileira de História da Educação

V. 17, n. 3 (46), 2017

www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/index



Espacio, Tiempo y Educación

Dossier: Education in Southeastern Europe: From Empires to Nation-States

V. 4, n. 1, 2017

Revista HISTEDBR On-Line

V. 17, n. 2, abr./jun. 2017

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/issue/view/1435>

Cadernos de História da Educação

V. 16, n. 2, 2017

www.seer.ufu.br/index.php/che/issue/view/1495

Revista Historia y Memoria de la Educación

Enseñanza de la historia, análisis de libros de texto y construcción de identidades colectivas

6, 2017

revistas.uned.es/index.php/HMe/issue/view/1043

Hecl History of Education Children's Literature

Vol. XII, n. 1, 2017

p1.unimc.it/hecl/latest-issue/view?set_language=en

Revista Diálogo Educacional

V.17, n.53, 2017

www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd99=actual

Sarmiento: Anuario galego de historia da Educación

N. 20, 2016

revistasarmiento.com/a-revista

Rivista di Storia dell'Educazione

V. 4, n.1, 2017

<https://www.rivistadistoriadelleducazione.it/index.php/RSE/issue/view/1>

